

MEMÓRIA
CPATSA
Projeto-1984

6/15
CPATSA



REUNIAO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS, EMPRESAS DE PESQUISA
AGROPECUARIA E UEPAEs DO NORDESTE SOBRE PROJETO NORDESTE



PROGRAMAS ESPECIAIS PARA O NORDESTE E O PROJETO NORDESTE

Programas especiais para o
1984 LV-1986.00799



37507-1

630.72
R444p
1984

LV-1986.00799

14 A 16/08/84

REUNIÃO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS, EMPRESAS DE PESQUISA AGROPECUARIA E UEPAEs DO NORDESTE SOBRE PROJETO NORDESTE.

PERÍODO: DE 14 A 16/08/84 - CPATSA.

- Apresentação pelo Diretor da EMBRAPA Raymundo Fonsêca Souza sobre Programas Especiais para o Nordeste e o Projeto Nordeste - 50 minutos.
- Posição atual comentada pelos Centros de Pesquisa, Empresas Estaduais e UEPAEs do Nordeste sobre o Projeto Nordeste - Até 30 minutos para cada Unidade.

UEPAE-Aracaju

UEPAE-Teresina

EPABA

EPEAL

IPA

EMEPA

EMPARN

EPACE

EMAPA

CNPMF

CNPA

CNPC

CPATSA

- Geração e Difusão Controlada de Tecnologia para o Projeto Nordeste
 - . Introdução - Dr. Raymundo Fonsêca Souza
 - . Apresentação - CPATSA
 - . Debates - Todos os participantes
 - . Conclusões e Recomendações

O PROJETO NORDESTE

- A formalização do Projeto

A Portaria Interministerial nº 158/82, dos Ministros do Planejamento, Interior e da Agricultura, criou Comissão Interministerial para supervisionar a elaboração do Projeto Nordeste, delegando à SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - a tarefa de coordenação.

A Comissão Interministerial, inicialmente composta por representantes da SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República, MINTER - Ministério do Interior e MINAGRI - Ministério da Agricultura, além do Superintendente da SUDENE, foi ampliada, posteriormente, com a participação de representante do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF).

As responsabilidades da equipe sob coordenação da SUDENE e supervisão da Comissão Interministerial são as seguintes:

- a) explicitar a política e estratégia de desenvolvimento regional;
- b) detalhar a política e estratégia de desenvolvimento rural;
- c) elaborar programas de desenvolvimento rural.

Foram propiciados à SUDENE meios necessários para realização do trabalho. Tendo em vista a natureza do Projeto Nordeste e sua importância para o desenvolvimento regional, foi recomendada adoção de metodologia de trabalho que assegurasse aos Governos Estaduais e órgãos federais envolvimento direto no processo de planejamento, e também permitisse incorporação de anseios da sociedade civil manifestados através de suas lideranças.

- Organização Institucional

O órgão de decisão superior para elaboração do Projeto Nordeste é a Comissão Interministerial a quem cabe atribuição de supervisionar e apoiar a SUDENE, facilitando decisões a ní-

vel federal. A Comissão reúne-se periodicamente para conhecer o andamento do trabalho e adotar as medidas necessárias.

Ao Superintendente da SUDENE cabe a responsabilidade pela elaboração do Projeto, contando, para isso, com apoio da Secretaria Executiva especialmente criada na SUDENE.

A elaboração dos estudos, de acordo com proposta da SUDENE aprovada pela Comissão Interministerial, foi entregue a quatro grupos de trabalho. Seguindo prioridade estabelecida, deu-se ênfase à avaliação e proposição de ações no meio rural (Grupos II, III e IV), no escopo de política de caráter regional (Grupo I). Posteriormente seriam implementadas estratégias para outros setores. Os quatro grupos de trabalho são os seguintes:

- Grupo I - Elaboração da Proposta de Política Regional;
- Grupo II - Avaliação dos Instrumentos de Intervenção do Governo no Meio Rural;
- Grupo III - Avaliação dos Programas Especiais e Setoriais de Desenvolvimento Regional;
- Grupo IV - Elaboração de Estratégia de Desenvolvimento Rural e de Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Nível Regional e por Estado).

Esses grupos, cuja orientação esteve a cargo da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, contou com a participação de técnicos da própria SUDENE, do BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A, do IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social, da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, da EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos, do Ministério da Agricultura e de outros órgãos federais, além de consultores nacionais e estrangeiros. Destaca-se, ademais, a participação de técnicos ligados a Secretarias e outros órgãos dos Estados, em tarefas de execução e coordenação dos trabalhos.

Foram envolvidos, ao todo, cerca de 300 técnicos, exclusive a participação em vários encontros, com a presença de técnicos, políticos e representantes de setores da sociedade civil.

Aos Grupos II e III coube a tarefa de avaliar as intervenções de Governo, isoladamente (Grupo II) ou de forma integrada (Grupo III), com o objetivo de extrair as lições da experiência. O produto do trabalho desses dois Grupos seria matéria-prima para os Grupos I e IV.

O Grupo IV foi desdobrado em um subgrupo regional, encarregado de elaborar propostas de âmbito da Região, e subgrupos estaduais, um em cada Estado. A estes cabe a tarefa de elaborar, a nível estadual, o programa de apoio ao pequeno produtor rural.

O desenvolvimento articulado dos trabalhos exigia defasagem no tempo em relação à atuação dos vários Grupos, devendo as atividades-meios (Grupos II e III) precederem as atividades-fins (Grupos I e IV). Além disso, a ação do Grupo I deveria preceder a do Grupo IV e, no caso deste, o trabalho regional seria o balizamento para a ação dos subgrupos estaduais.

Na prática, porém, a escassez de tempo exigiu simultaneidade de trabalho dos Grupos, o que de certa forma dificultou a integração dos resultados.

PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR

Introdução

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor compreende duas dimensões:

a) dimensão regional, na qual são fixados objetivos e metas globais, diretrizes gerais e setoriais, recursos humanos e financeiros, aspectos institucionais e critérios para avaliação das propostas estaduais;

b) dimensão estadual, com detalhamento da estratégia e estabelecimento de metas específicas por Estado, quantificação de recursos humanos e técnicos, custos financeiros e arranjo institucional.

O horizonte do programa é de 15 anos, desdobrado em quinquênios. Inicialmente será operacionalizado o quinquênio 1984-1989.

A execução estará a cargo dos Estados, sob supervisão e assistência técnica da SUDENE, a quem cabe, com apoio do Governo Federal, através de suas agências e das instituições financiadoras, promover avaliação das propostas estaduais, de acordo com critérios acertados com essas instituições.

Objetivos

O objetivo geral do programa de apoio ao pequeno produtor é erradicar a pobreza absoluta através do aumento da produção e da produtividade.

Os objetivos específicos são os seguintes:

a) aumentar eficiência e eficácia das ações do setor público no meio rural do Nordeste; aumento de eficiência implica redução de custos por família atendida; aumento de eficácia significa coerência entre meios e fins; o equacionamento deste objetivo é condição para o próximo;

b) fortalecer as ações do Governo no meio rural, com aporte de recursos adicionais suficientes para assegurar respostas aos temas de transformação econômica das populações e áreas beneficiadas.

Em síntese trata-se, em primeiro lugar, de tirar o máximo proveito dos recursos já disponíveis para, em seguida, aumentar o volume de aplicações.

O primeiro objetivo, referente a aumento de eficiência e eficácia, implica em algumas conseqüências, das quais as mais importantes são as seguintes:

a) fusão dos atuais programas especiais de desenvolvimento regional (POLONORDESTE, Sertanejo, Recursos Hídricos, PROCANOR). Esses programas têm objetivos semelhantes, mas dispõem de estruturas burocráticas diferentes e estratégias de planejamento e de atuação variadas. Em algumas áreas há superposição de Programas, sem qualquer articulação entre eles. A fusão permitirá melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes, e melhor articulação entre meios e fins;

b) simplificação e aperfeiçoamento da ação integrada: alguns dos atuais projetos do POLONORDESTE, por exemplo, apresentam grande número de segmentos, o que, embora teoricamente correto, implica em atomização de recursos e dificuldades técnicas e políticas para coordenação e execução. Nesse sentido, as diversas avaliações realizadas tanto por órgãos do Governo Brasileiro como pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, recomendam redução do número de componentes, com concentração naqueles vinculados à produção;

c) aperfeiçoamento institucional, a nível da SUDENE e dos Estados. A unificação dos programas especiais implica unificação dos processos de planejamento e coordenação da execução e, por outro lado, montagem de arranjo institucional que assegure perfeita coordenação e articulação das ações. No âmbito da SUDENE, as atuais coordenadorias de programas especiais serão substituídas por estrutura organizacional leve, para gerir a operacionalização da estratégia rural. No âmbito dos Estados, o arranjo institucional envolve divisão de responsabilidade que preserve os papéis das diversas instituições intervenientes no planejamento e execução dos projetos, garantindo, ao mesmo tempo, perfeita coordenação e integração das ações e unificação de decisões. Isso pode ser conseguido através de colegiados que assegurem participação de todos os órgãos e que contem com apoio de Secretaria Executiva que

os assessore na coordenação do planejamento e execução;

d) aperfeiçoamento dos demais Programas que interferem no meio rural, a exemplo do PROÁLCOOL e do FINOR-agropecuário. Esses programas devem ter explicitado seu papel na economia nacional e regional, estimulando-se aproveitamento do seu potencial de contribuição para os objetivos da estratégia de desenvolvimento rural, através, por exemplo, da ampliação do nível de emprego;

e) aperfeiçoamento dos instrumentos de intervenção setorial, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento institucional nos setores que formam a ação integrada. O objetivo é preparar as instituições setoriais para que atuem integradamente, em vez de considerarem o Programa, como às vezes tem acontecido, como simples fonte de recursos para suas ações tradicionais;

f) aperfeiçoamento de recursos humanos para planejamento, administração e avaliação de projetos de desenvolvimento rural. Ao lado disso, definição de quadro de pessoal do programa a níveis regional e estadual, em termos quantitativos e qualitativos;

g) redução de aplicações em atividades-meios, com liberação de recursos para atividades-fins: aumento de eficiência redundando em aumento de eficácia.

- Área de abrangência

A atuação do programa abrangerá todo o Nordeste, desde o Maranhão até a área mineira do Polígono das Secas. A atuação no Semi-Árido é prioritária, mas também se incluem áreas úmidas, inclusive a Zona da Mata Litorânea.

A escolha de áreas prioritárias para implantação de projetos deve basear-se na concentração de público-meta e na disponibilidade de recursos naturais. A introdução de novas áreas se fará de forma gradativa, dependendo de disponibilidades de recursos financeiros e humanos, até que, no médio prazo, possa ser coberto todo o Nordeste.

As áreas de atuação dos programas atualmente em execução são consideradas prioritárias. Nelas serão realizadas ações a curto prazo através, inicialmente, da racionalização do uso dos recursos já disponíveis.

- Estratégia de atuação

O estágio de desenvolvimento em que se encontra a maioria das famílias de pequenos produtores, no Nordeste, não permite que elas respondam normalmente a estímulos de mercado ou, mesmo, a ações setoriais isoladas como o crédito rural. A passagem de uma situação à margem do mercado, com as famílias vivendo ao nível ou abaixo do nível de subsistência, para outra em que cada família passe a produzir seu sustento e gerar excedentes, ingressando no mercado como agente econômico ativo, significa mais que desenvolvimento econômico. Traduz sua própria transformação do ponto de vista cultural. Esse tipo de transformação requer ação simultânea e articulada de um conjunto de instrumentos.

Nesse sentido, o programa adota a estratégia de desenvolvimento rural integrado (DRI) como forma básica de intervenção. Contudo, há limitação quanto ao número de segmentos, para possibilitar eficiência e eficácia à utilização dos recursos disponíveis e ao esforço de coordenação. A ênfase recairá sobre os segmentos produtivos, incluindo-se ações de infra-estrutura exclusivamente quando comprovada, a nível de projeto, sua necessidade para viabilização dos segmentos produtivos. Por outro lado, os serviços de educação e saúde serão prestados setorialmente, assegurando-se prioridade para as áreas de intervenção do programa.

O tipo específico de projeto (desenvolvimento rural integrado, colonização, irrigação pública) depende do diagnóstico sócio-econômico de cada área. O conjunto básico de instrumentos é descrito a seguir. É obvio que, se em determinada área um desses segmentos já está equacionado (ex.: recursos hídricos no Maranhão ou na zona da Mata) a ênfase recairá sobre os demais. O peso relativo de cada segmento pode variar segundo o tipo de projeto, a exemplo de projetos de colonização, mais exigentes em ação fundiária e infra-estrutura; e irrigação, mais exigentes em recursos hídricos e infra-estrutura.

Considera-se, para que a família obtenha renda adequada e permanente, que ela precisa produzir, incorporando aumento de produtividade, e vender bem sua produção. Com isso, poderá comprar os bens de que necessita e capitalizar-se para continuar aumentando sua produção e produtividade.

A atividade produtiva requer combinação dos fatores de produção: mão-de-obra, recursos naturais (terra, água), capital (insumos, implementos); aumento da produtividade exige incorporação de tecnologia adequada (difusão de tecnologia); acesso a mercado requer canais adequados de comercialização. Dessa forma, a estratégia do programa é integrada basicamente por:

- Meios de Produção

a) Ação fundiária

Considerado segmento básico, por ser a terra o principal meio de produção para o produtor rural, objetiva garantir ao pequeno produtor acesso à posse e uso da terra, com base nos instrumentos legais à disposição do Governo. Será utilizado instrumento de discriminação e regularização fundiária, com reconhecimento dos títulos legítimos, titulação de pequenas posses e redistribuição de terras públicas para pequenos produtores. Em caso de identificação de glebas onde exista conflito social ou implantação de projetos de desenvolvimento rural, o Governo fará negociação para aquisição ou desapropriação por interesse social. Serão implantados, também, projetos de colonização.

Estimular-se-á o uso de tecnologias modernas que possam agilizar e tornar mais eficiente a ação fundiária, a exemplo da aerofotogrametria, levando em conta, entretanto, a capacidade de oferta nacional ou de absorção a baixo custo.

Cumprir ressaltar que o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), através do INCRA, está empenhado em consolidar o Sistema Fundiário Nacional, envolvendo, na Região, ação fundiária do Projeto Nordeste, acrescida de ações de desenvolvimento institucional, com aparelhamento e fortalecimento dos órgãos de terras dos Estados e capacitação de recursos humanos. A responsabilidade principal pela execução deste segmento será dos órgãos de terra dos Estados, com assistência técnica do INCRA.

b) Recursos hídricos

No Semi-Árido, este segmento é fundamental. Objetiva assegurar ao pequeno produtor e sua família acesso a água para uso humano, animal e agrícola. Em síntese, compõe-se de:

- abastecimento de água para uso humano;
- fornecimento de água para consumo animal;

- fornecimento de água para produção agrícola, através de projetos de irrigação pública e privada. A viabilização da irrigação pode requerer eletrificação rural que, nesses casos, será financiada no âmbito deste componente. Será adotada política de recuperação total ou parcial dos custos de investimentos, com base na capacidade de geração de retorno econômico nos projetos beneficiados.

Terá prioridade o aproveitamento de fontes de água locais e de acumulações já existentes, buscando-se adoção de tecnologias que permitam aumentar sua disponibilidade e economizar seu uso. Nesse sentido, far-se-á esforço para tornar eficiente o uso integrado dos recursos hídricos do Nordeste, através da regulamentação e gerenciamento do uso da água, com ação coordenada de todas instituições intervenientes.

c) Crédito e financiamento

O acesso ao crédito pelos pequenos produtores permitirá a aquisição ou formação de capital fixo (investimentos) e custeio agrícola.

Procura-se garantir ao pequeno produtor acesso ao crédito na época e na quantidade oportunas, libertando-o da dependência do crédito dito informal, de altos custos, simplificando procedimentos burocráticos e multiplicando a capacidade de atendimento. Para isso, será feito esforço de planejamento conjunto envolvendo o Sistema Bancário e as Autoridades Monetárias.

Por outro lado sabe-se que, muitas vezes, a renda gerada na pequena produção não comporta pagamento de juros reais no financiamento dos investimentos. Deverá, em consequência, ser adotado esquema de subsídio em forma de ressarcimento parcial (até 50%) por conta de investimentos realizados ou, em casos específicos de propriedades muito pequenas no Semi-Árido, de ressarcimento de certos investimentos hídricos, especialmente para consumo humano, de até 100%, quando ficar comprovada a incapacidade da pequena propriedade gerar excedentes econômicos para os investimentos realizados. O crédito de custeio se fará às taxas normais prevalecentes para a região.

- Tecnologia

d) Geração de tecnologia

A reorientação do processo de geração e difusão de tec

nologia, visando^a melhor adequá-lo às características e condições objetivas dos pequenos produtores rurais, constitui outra importante preocupação do programa.

Nesse sentido, serão reforçados os investimentos na área de pesquisa, direcionados para busca de soluções tecnológicas que possam ser apropriadas pelos pequenos produtores e resultem no fortalecimento de suas unidades produtivas, nos diversos ambientes agroecológicos do meio rural, especialmente no Semi-Árido.

A realização deste objetivo geral requer, por parte das instituições de pesquisa e dos pesquisadores, preocupação profunda com melhor compreensão da problemática tecnológica e sócio-econômica da pequena produção e sua dinâmica. Trata-se de abraçar a postura metodológica que focalize a unidade de produção na sua totalidade, inventariando recursos, problemas e potencialidades, e definindo programas de pesquisa referenciados à realidade analisada e aos fatores exógenos que a condicionam.

Por outro lado, a gravidade das restrições climáticas e/ou tecnológicas que sofrem os pequenos produtores nordestinos e a existência de estoque razoável de resultados de pesquisa na região recomendam especial ênfase na realização de amplo inventário das tecnologias disponíveis, sua avaliação prévia e posterior divulgação ao público do programa, na seqüência de "difusão limitada" para "difusão ampla", a nível de unidades de produção representativas, em cada área de intervenção.

A consolidação da abordagem que focaliza os sistemas de produção e a ênfase nas ações de curto e médio prazo, a nível de unidade produtiva, implicam ajustes no processo de capacitação de recursos humanos e definição de mecanismos operacionais que assegurem maior integração e articulação institucional e, conseqüentemente, maior eficiência e eficácia na utilização de recursos humanos e financeiros.

Neste segmento o esforço está voltado para a geração de tecnologias que assegurem a viabilização econômica da pequena propriedade e empresas associativas, no Semi-Árido e em outras áreas, buscando-se preservar o equilíbrio agroecológico. Entretanto, a busca de tecnologias eficientes integra a ação de todos os demais componentes do programa.

e) Extensão Rural

Fundamental para o êxito do Programa, inclui as atividades de assistência técnica. Serão sobretudo os extensionistas rurais que, convivendo diretamente com as diversas categorias de pequenos produtores, poderão com eles perceber seus problemas específicos e ajudá-los a planejar e implementar atividades voltadas à sua promoção sócio-econômica.

Dentro dessa perspectiva e em consonância com os objetivos do programa, os serviços de extensão rural ainda que executem atividades que visem à melhoria do estado nutricional e sanitário das famílias dos pequenos produtores, deverão concentrar suas ações em duas linhas convergentes: difusão de tecnologias adequadas para produção, administração rural e comercialização, visando a fortalecer os estabelecimentos agrícolas, pela elevação estável de sua produtividade econômica (incremento da renda real líquida), ampliação das oportunidades de ocupação produtiva e sustentabilidade ecológica; apoio e estímulo às diversas formas de associativismo do pequeno produtor, possibilitando melhores condições para seu desenvolvimento sócio-econômico, especialmente a realização e comercialização da produção.

Para o bom desempenho dessas funções os serviços de extensão rural manterão estreita articulação com as organizações dos pequenos produtores e com as instituições responsáveis pela implementação das várias linhas estratégicas, especialmente pesquisa, crédito e financiamento, comercialização e apoio a pequenas comunidades rurais. É essencial, também, trabalho permanente de capacitação inicial e atualização de recursos humanos, tendo em vista os objetivos do programa.

- Mercados

f) Comercialização e abastecimento

O acesso aos mercados de insumos e produtos, em condições de preços justos, é requisito para que o pequeno produtor possa auferir renda de seu trabalho. Neste segmento, busca-se propiciar ao público-meta meios adequados para compra de insumos e escoamento da produção.

- Metas e prazos

Tendo em vista o objetivo de assegurar-se grande impacto em termos de desenvolvimento rural, e levando em conta as possibilidades de mobilização de recursos financeiros e humanos, bem como a complexidade do problema a ser resolvido, estabeleceu-se horizonte de 15 anos para implementação da estratégia. Nesse período será erradicada a pobreza rural no Nordeste, através do atendimento direto às famílias de pequenos produtores e do aumento do emprego em outras atividades no meio rural e nos pequenos núcleos urbanos.

De um total de cerca de 4 milhões de famílias que habitam o meio rural, calcula-se que 2,8 milhões constituem o público-meta direto do programa de apoio ao pequeno produtor. Calculou-se, com base em tendência histórica, que esses números se conservarão estáveis até o final do século. Contudo, se o programa for bem sucedido, a tendência histórica poderá modificar-se, na medida em que se reduzirão os fatores de expulsão no meio rural.

Estima-se que 2 milhões de famílias poderão ser atendidas no prazo de 15 anos. Espera-se que as 800 mil famílias restantes sejam incorporadas em outras atividades rurais ou urbanas, tendo em vista o impacto indireto do programa na criação de empregos.

A estratégia será operacionalizada através de programas quinquenais, com detalhamento de metas, instrumentos e recursos. Em princípio, em cada quinquênio as metas são as seguintes:

METAS

1º Quinquênio	600 mil famílias
2º Quinquênio	665 mil famílias
3º Quinquênio	735 mil famílias

Essas são estimativas para a região como um todo, que incorporam metas dos programas atualmente em execução. Com a ela

boração dos programas estaduais será possível delimitar metas específicas por Estado e por projeto (desenvolvimento rural integrado, colonização, pequena irrigação, grande irrigação pública), sujeita a modificações. Em cada projeto buscar-se-á, via aumento de eficiência, reduzir o custo por família atendida, para beneficiar maior número de famílias. Por isso, a composição de custos será avaliada com rigor.

- Custos

Estimativas preliminares indicam custo médio por família da ordem de seis mil dólares. O custo total do Programa é estimado, portanto, em:

Período	Custo estimado (US\$ bilhões)
- 15 anos	12,0
- 05 anos (1º Quinquênio)	3,6

Ressalte-se, entretanto, que as estimativas são preliminares e serão aprimoradas pelos estudos em realização. Evidentemente os custos por família podem variar de Estado a Estado, conforme o tipo de intervenção e as características de cada área.

PROGRAMAS ESPECIAIS

ÂMBITO REGIONAL

- POLONORDESTE - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS INTEGRADAS DO NORDESTE
- IRRIGAÇÃO - PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE
- PROJETO SERTANEJO - PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA DO NORDESTE
- PROHIDRO - PROGRAMA DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE SEMI-ÁRIDO
- AGROINDÚSTRIA - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA
- PROCANOR - PROGRAMA DE APOIO A POPULAÇÕES POBRES DAS ZONAS CANAVIEIRAS DO NORDESTE

ÂMBITO NACIONAL

- PROTERRA - PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E ESTÍMULO A AGROINDÚSTRIA DO NORTE E NORDESTE
- PROÁLCOOL - PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL
- PROAGRO - PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA
- PROVÂRZEAS - PROGRAMA NACIONAL PARA APROVEITAMENTO DE VÂRZEAS IRRIGÁVEIS

PROGRAMAS ESPECIAIS - OBJETIVO

PROGRAMAS	OBJETIVO
POLONORDESTE	- PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS DE ÁREAS PRIORITÁRIAS DO NORDESTE, ATRAVÉS DE POÇOS AGROPECUÁRIOS.
IRRIGAÇÃO	- MELHORAR RESISTÊNCIAS ÀS SECAS.
SERTANEJO	- ORGANIZAR AS UNIDADES PRODUTIVAS, DOTANDO-AS DE RESISTÊNCIA AOS IMPACTOS DAS SECAS, MEDIANTE A ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA SECA À IRRIGADA.
PROHIDRO	- PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES, CONSTRUÇÃO DE ACUDES E OBRAS DE FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DE APOIO.
AGROINDÚSTRIA	- IMPULSO A AGROINDÚSTRIA.
PROCANOR	- MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA E BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES POBRES DAS ZONAS CANAVIEIRAS DO NORDESTE.
PROTERRA	- FOMENTO DA AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA.
PROÁLCOOL	- EXPANDIR A PRODUÇÃO DE ÁLCOOL, FINANCIANDO ATIVIDADES RURAIS E INVERSÃO PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE DESTILARIAS DE ÁLCOOL.
PROAGRO	- EXONERAR O PRODUTOR RURAL DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL, CUJO PAGAMENTO SEJA IMPOSSIBILITADO NOS CASOS DE PERDAS DAS RECEITAS ESPERADAS, EM CONSEQUÊNCIA DE CAUSAS IMPREVISTAS.
PROVÁRZEAS	- USO RACIONAL DO SOLO E DA ÁGUA, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM A NÍVEL DE PROPRIEDADE RURAL.

PROGRAMAS ESPECIAIS - FATORES INSTITUCIONAIS

PROGRAMAS ESPECIAIS	DEPENDÊNCIA FEDERAL	ÓRGÃOS EXECUTORES	ANO DE CRIAÇÃO	INÍCIO DE OPERAÇÃO
POLONORDESTE	MINTER	VÁRIOS, FEDERAIS E ESTADUAIS	1974	1976
IRRIGAÇÃO	MINTER	DNOCS CODEVASF	1971	1971
SERTANEJO	MINTER	DNOCS, ESTADOS, EMATERs	1976	1977
PROHIDRO	MINTER	VÁRIOS, FEDERAIS E ESTADUAIS	1979	1979
AGROINDÚSTRIA	MINTER	BNB	1974	1975
PROCANOR	MINTER	VÁRIOS, FEDERAIS E ESTADUAIS	1979	1981

PROGRAMAS ESPECIAIS - PÚBLICO META

PROGRAMAS ESPECIAIS	PÚBLICO META	
	CARACTERÍSTICAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS (POTENCIAL)
POLONORDESTE	POPULAÇÃO RURAL DE BAIXA RENDA	2.000.000
IRRIGAÇÃO	NÃO ESPECIFICADO	-
SERTANEJO	SOBRETUDO PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES	900.000
PROHIDRO	NÃO ESPECIFICADO	1.000.000
AGROINDÚSTRIA	NÃO ESPECIFICADO	-
PROCANOR	POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	500.000

PROGRAMAS ESPECIAIS - REALIZAÇÕES FÍSICAS (ATÉ 81/82)

PROGRAMAS	TIPO DE BENEFICIÁRIO	GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS (Nº)
POLONORDESTE	PEQUENOS PRODUTORES	160.000
IRRIGAÇÃO	PEQUENOS PRODUTORES E EMPRESAS	24.400 (1)
SERTANEJO	MÉDIOS E PEQUENOS PRODUTORES	14.200 (2)
PROHIDRO	POPULAÇÃO URBANA E RURAL	SEM INFORMAÇÃO
AGROINDÚSTRIA	EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS	14.000
PROCANOR	POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	SEM INFORMAÇÃO

1 - Geração bruta de emprego direto, vale dizer, sem descontar os empregos destruídos pelas intervenções, por exemplo, pelo deslocamento dos moradores de áreas inundadas e sujeitas a colonização nos perímetros irrigados, ou pela substituição de outros cultivos pela cana-de-açúcar.

2 - Dados programados nos projetos implantados em 31.12.82.

PROGRAMAS ESPECIAIS - MEDIDAS DE EFICÁCIA E DE EFICIÊNCIA

	POLONORDESTE	IRRIGAÇÃO	SERTANEJO	PROHIDRO	AGROINDÚSTRIA	PROCANOR
<p>MEDIDAS DE EFICÁCIA</p> <p>GRAU DE ATENDIMENTO</p> <p>DE METAS (%):</p> <p>- ATER 80%</p> <p>- CRÉDITO 50%</p> <p>- AÇÃO FUND. 20%</p> <p>- INFRAESTR. 70%</p>		10%	90%	70%	SEM_INFORMAÇÃO	20%
<p>MEDIDAS DE EFICIÊNCIA</p> <p>(US\$ DE 1982)</p> <p>- CUSTO TOTAL/BENEFICIÁRIO (A) 3.800</p> <p>(B) 2.400</p> <p>CUSTO TOTAL/EMPREGO GERADO (A) 8.000</p> <p>(B) 5.000</p> <p>CRÉDITO/BENEFICIÁRIO 2.200</p>		150.000	8.600	490	-	SEM_INFORMAÇÃO
		46.000	11.200	SEM_INFORMAÇÃO	24.300	SEM_INFORMAÇÃO
			15.600	7.000		2.100

PROGRAMAS ESPECIAIS - CONTRIBUIÇÃO À MELHORIA
 DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO RURAL DE
 BAIXA RENDA

PROGRAMAS ESPECIAIS	NORDESTE	POPULAÇÃO ATINGIDA
POLONORDESTE	ALGUMA	ALGUMA
IRRIGAÇÃO	INSIGNIFICANTE	SENSIVEL
SERTANEJO	INSIGNIFICANTE	ALGUMA
PROHIDRO	ALGUMA	ALGUMA
PROCANOR	INSIGNIFICANTE	ALGUMA
AGROINDÚSTRIA	INSIGNIFICANTE	ALGUMA

PROJETO NORDESTE

OBJETIVO GERAL

O PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO NORDESTE ESTABELECE COMO OBJETIVO GERAL, NUMA PERSPECTIVA TEMPORAL DE 15 ANOS, A ERRADICAÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA, A AMPLIAÇÃO SUBSTANTIVA DAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO PRODUTIVO E A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS, PROMOVENDO UMA MELHORIA GENERALIZADA DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO, DE RENDA REAL E DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO.

PROJETO NORDESTE - GRUPOS DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS

- GRUPO I - ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE POLÍTICA REGIONAL;
- GRUPO II - AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO NO MEIO RURAL;
- GRUPO III - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS E SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL;
- GRUPO IV - ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DE PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL (NÍVEL REGIONAL E POR ESTADO)

PROJETO NORDESTE - POLÍTICAS

- AÇÃO FUNDIÁRIA
- RECURSOS HÍDRICOS
- CRÉDITO E FINANCIAMENTO
- GERAÇÃO E DIFUSÃO CONTROLADA DE TECNOLOGIA
- EXTENSÃO RURAL
- COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO
- APOIO ÀS PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS

PROJETO NORDESTE - METAS E CUSTOS

PERÍODO	Nº DE FAMÍLIAS	CUSTO ESTIMADO (US\$ BILHÕES)
1º QUINQUÊNIO	600.000	3,6
2º QUINQUÊNIO	665.000	
3º QUINQUÊNIO	735.000	
15 ANOS	2.000.000	12

ANEXOS

I. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS INTEGRADAS DO NORDESTE -
(POLONORDESTE)

O POLONORDESTE foi criado através do Decreto nº 74.794 de 30 de outubro de 1974, com base na Exposição de Motivos Interministerial nº 269-B, de 29 de outubro de 1974, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de pólos agrícolas e agropecuários.

Sua estratégia repousa em quatro pontos fundamentais:
a) eleição de áreas prioritárias; b) integração institucional; c) sistema abrangente de atuação; d) continuidade e permanência da ação.

O Programa busca assegurar, além do apoio direto à melhoria da produção e da produtividade do pequeno produtor, a complementaridade necessária à expansão de suas atividades produtivas pelo fortalecimento da infra-estrutura econômica (estradas vicinais e eletrificação rural) e do equipamento social (educação, saúde e abastecimento d'água) para cada um de seus pólos — os projetos de desenvolvimento rural integrado (PDRI's) — como também nos projetos de colonização.

Implantado em 1975, o Programa hoje desenvolve suas ações através de 41 projetos de desenvolvimento rural integrado e 4 projetos de colonização, abrangendo 5 áreas prioritárias — vales úmidos, serras úmidas, agricultura seca, tabuleiros costeiros e pré-Amazônia — em todo o Nordeste (inclusive Norte do Estado de Minas Gerais).

Após sete anos de implementação, suas intervenções atingem cerca de 737 municípios e área de 809 mil Km², onde vivem 14 milhões de habitantes, dos quais 9,4 milhões são produtores rurais (66%).

No período 1975-84, foram destinados ao POLONORDESTE recursos oriundos do PIN-PROTERRA que montam a Cr\$ 740,3 bilhões,

preços de 1983, exclusive recursos externos (BIRD, BID, FIDA) e crédito. Os resultados obtidos na execução do POLONORDESTE, são resumidos a seguir:

a) infra-estrutura: construção de 4 500 Km de estradas vicinais ligando as regiões produtoras aos centros de prestação de serviços e de comercialização da produção; construção de 2 700 Km de linhas de distribuição de energia elétrica em propriedades e comunidades rurais; construção de 1 260 escolas rurais; instalação de 980 unidades elementares de saúde e 250 sistemas simplificados de abastecimento de água, beneficiando população estimada em 2,0 milhões de pessoas;

b) promoção de atividade diretamente produtivas: prestação de assistência técnica e financeira a aproximadamente 400 mil produtores rurais, dos quais cerca de 120 mil foram beneficiados com o crédito rural simplificado, a 6 300 pequenas empresas não agrícolas e 143 cooperativas, promovendo a geração diversificada de novos empregos no meio rural;

c) indicadores Sócio-econômicos: segundo estimativas (*) foram criados 150.000 empregos diretos; atendidas 34.000 famílias com assistência técnica (80% das metas) e 130.000 com crédito rural (50% das metas), em universo de 2 milhões de famílias; o custo total por beneficiário foi de US\$ 3 800, incluindo irrigação; o custo de geração de emprego direto foi de US\$ 8 000; o atendimento das metas de infra-estrutura teria sido ainda de 70%, e o de ação fundiária apenas 20% do previsto.

Além das realizações mencionadas conferiu-se a partir do exercício de 1980, ênfase à atividade de organização agrária com a emissão de 48 000 títulos de propriedade, aquisição ou desapropriação de 632 000 ha, proporcionando, até o presente, o acesso à terra a 6 800 pequenos produtores rurais.

(*) "Análise Comparativa e Recomendações para os Programas Especiais, Recife, agosto de 1983 (mimeo) - Projeto Nordeste, Grupo III.

II. PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA DO NORDESTE (PROJETO SERTANEJO)

O Projeto Sertanejo foi institucionalizado através do Decreto nº 78 299, de 23 de agosto de 1976, com base na Exposição de Motivos nº 230, de 18 de agosto do mesmo ano, com o objetivo de fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semi-árido nordestino, tornado-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica.

A estratégia do Projeto Sertanejo dá ênfase à organização e reorganização das unidades produtivas da região, de modo a normalizar ao máximo o processo de produção e assegurar o nível de emprego, reduzindo as repercussões de natureza social provocadas pelas secas.

O programa fundamenta-se na valorização hidro-agrícola das propriedades. A esse respeito, confere importância significativa à utilização dos recursos de água provenientes de açudes pequenos e médios ou de poços. Trata-se de estabelecer formas de produção que levem em conta as secas, não obstante sua periodicidade, visando à transformação e valorização do Nordeste semi-árido.

A área de atuação prioritária do Programa compreende a superfície mais afetada periodicamente pelas estiagens nos sertões dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e no Norte de Minas Gerais.

As ações executivas de cada núcleo do Projeto Sertanejo expandem-se por um raio de 30 Km o que significa uma superfície de 280 mil hectares por núcleo.

Nas áreas dos núcleos, são identificadas as unidades produtivas a serem assistidas; nessas constroem-se açudes pequenos, médios ou poços, ao mesmo tempo em que se mantém o sistema de

62

Além do açude ou do poço, o Programa proporciona área irrigada de 2 a 3 hectares em cada propriedade, a ser utilizada em conjugação com a área seca complementar, em grau suficiente para resistir às situações de seca, pela garantia de forrageiras para o gado e culturas alimentares básicas.

Os beneficiários contam com crédito rural, para investimentos fixos e semi-fixos, a juros altamente favorecidos.

O público-meta do Projeto Sertanejo é composto dos seguintes estratos:

- i - trabalhadores sem terra (arrendatários, parceiros e ocupantes, etc.) e assalariados;
- ii - pequenos proprietários;
- iii - médios proprietários que disponham de estabelecimentos com área de até 500 hectares, desde que apresentem possibilidades de valorização integrada de suas terras, com vistas à obtenção de maior resistência às secas e de maior utilização de mão-de-obra; e
- iv - proprietários de terra com área superior a 500 hectares, cujos projetos, aprovados pela SUDENE e pelo INCRA, proporcionem o acesso à terra a trabalhadores dos estratos i e ii.

No período 1977-1984 foram alocados ao Programa recursos que ascendem a Cr\$ 91,7 bilhões, a preços de 1983, exclusive os referentes à concessão de crédito aos produtores.

Esses recursos, a fundo perdido, destinaram-se à instalação, manutenção e operação dos núcleos; à assistência técnica e extensão rural; à pesquisa e experimentação; à administração do Programa.

Atualmente existem 107 núcleos instalados e operando.

Até março de 1983 foram contratados, em todo o Nordeste (inclusive Norte de Minas Gerais), 14 953 projetos de investimento, envolvendo recursos totais, a preços de 1983, de Cr\$ 68,6 bilhões, atendendo propriedades que totalizam mais de 1 milhão de hectares. Nos projetos contratados estão previstas as seguintes metas físicas:

- implantação de 13,8 mil hectares irrigados;
- implantação de 215,2 mil hectares de cultivos de sequeiro;

- aquisição de bovinos, caprinos, ovinos e suínos, totalizando 231,9 mil cabeças (de cria) e 3,8 mil cabeças (de trabalho);

- construção de 3,4 mil açudes, além de 4,0 mil bareiros; 3,3 mil poços amazonas, 902 poços artesianos e 3,8 mil cisternas-reservatórios, totalizando um volume armazenado de água de 173,0 milhões de metros cúbicos e vazão total de poços de 5,1 metros cúbicos/hora.

De acordo com estimativas, foram criados 14 200 empregos diretos, atendendo-se 14 474 famílias com crédito rural (30% das metas), e 19 000 com assistência técnica (90% das metas), para um total estimado de 90 000 famílias. O custo total por beneficiário seria igual a US\$ 8 600 (com irrigação), e o custo total por emprego gerado subiria a US\$ 15 600. Segundo o mesmo autor, as metas de ação fundiária foram atendidas em apenas 5%.

III. PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO ÀS POPULAÇÕES POBRES DAS ZONAS CANAVIEIRAS DO NORDESTE (PROCANOR)

O PROCANOR foi criado através do Decreto nº 84.677, de 30 de abril de 1980, com base na Exposição de Motivos nº 007/80-CDS, da mesma data, com o objetivo de melhorar as condições de vida e bem estar das populações pobres das zonas canavieiras, mediante a promoção do acesso à posse da terra, a melhoria das condições de renda e emprego, a diversificação das atividades produtivas e a expansão da área dedicada à produção de alimentos básicos.

A área de atuação do Programa engloba 127 municípios, desde o Recôncavo Baiano até o Estado do Rio Grande do Norte, totalizando 31,6 mil km², com uma população de 2,9 milhões de habitantes.

As principais linhas de ações integradas do PROCANOR têm os seguintes objetivos:

- apoiar as populações mediante promoção do acesso à posse da terra, visando a criar melhor estrutura de renda e emprego, a diversificar as atividades econômicas e a produzir os alimentos necessários ao grande contingente populacional;

- reforçar a infra-estrutura social mediante a disseminação dos serviços de saúde e assistência médica, saneamento básico, abastecimento d'água às comunidades rurais, acesso à casa própria através de programas de habitação popular, melhoria do equipamento urbano das pequenas cidades e povoados, melhoria nutricional dos grupos carentes, melhoria do abastecimento de alimentos, educação básica para as crianças e supletiva e profissionalizante para adultos, opções de lazer e de desenvolvimento comunitário;

- apoiar os pequenos produtores rurais, inclusive os não-proprietários, através de oferta adequada de crédito, assistência técnica, abastecimento de insumos agrícolas modernos, organização cooperativista, melhoria do escoamento da produção, disseminação da garantia do preço mínimo e de informações de mercado, além

III. PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO ÀS POPULAÇÕES POBRES DAS ZONAS CANAVIEIRAS DO NORDESTE (PROCANOR)

O PROCANOR foi criado através do Decreto nº 84.677, de 30 de abril de 1980, com base na Exposição de Motivos nº 007/80-CDS, da mesma data, com o objetivo de melhorar as condições de vida e bem estar das populações pobres das zonas canavieiras, mediante a promoção do acesso à posse da terra, a melhoria das condições de renda e emprego, a diversificação das atividades produtivas e a expansão da área dedicada à produção de alimentos básicos.

A área de atuação do Programa engloba 127 municípios, desde o Recôncavo Baiano até o Estado do Rio Grande do Norte, totalizando 31,6 mil km², com uma população de 2,9 milhões de habitantes.

As principais linhas de ações integradas do PROCANOR têm os seguintes objetivos:

- apoiar as populações mediante promoção do acesso à posse da terra, visando a criar melhor estrutura de renda e emprego, a diversificar as atividades econômicas e a produzir os alimentos necessários ao grande contingente populacional;

- reforçar a infra-estrutura social mediante a disseminação dos serviços de saúde e assistência médica, saneamento básico, abastecimento d'água às comunidades rurais, acesso à casa própria através de programas de habitação popular, melhoria do equipamento urbano das pequenas cidades e povoados, melhoria nutricional dos grupos carentes, melhoria do abastecimento de alimentos, educação básica para as crianças e supletiva e profissionalizante para adultos, opções de lazer e de desenvolvimento comunitário;

- apoiar os pequenos produtores rurais, inclusive os não-proprietários, através de oferta adequada de crédito, assistência técnica, abastecimento de insumos agrícolas modernos, organização cooperativista, melhoria do escoamento da produção, disseminação da garantia do preço mínimo e de informações de mercado, além

- reforçar, na medida de sua importância em contribuir para os demais objetivos, a infra-estrutura econômica, em termos de estradas vicinais, eletrificação rural e armazenamento.

No período 1980-1984, foram alocados ao Programa recursos da ordem de Cr\$ 13,5 bilhões, a preços de 1983.

Contam-se entre as principais realizações do PROCANOR (até setembro de 1981):

- saneamento básico - construção de fossas sépticas em 698 casas;
- abastecimento d'água - instalação de 28 sistemas simplificados;
- iluminação elétrica - de 1.319 residências e instalação de 6km de rede;
- habitação - melhoria de 2,2 mil casas e implantação de saneamento ambiental em 16 localidades;
- saúde - construção de 50 postos e/ou centros e realização de 70,6 mil imunizações;
- educação - construção de 297 cantinas e equipamento de 598; construção de 28 salas de aula e recuperação de 45; distribuição de merenda escolar (37 mil) e de material escolar (84 mil).

A partir de 1983, com reforço de recursos do FINSOCIAL o PROCANOR passou a atuar com maior ênfase na sua ação principal voltada para propiciar ao público-meta acesso aos meios de produção — especialmente terra — à tecnologia e à comercialização.

O estudo de Von Oven não aponta para o PROCANOR a quantidade de empregos gerados mas estima que, de um universo de 500.000 famílias, cerca de 8.000 foram atendidas com assistência técnica e 430 com crédito rural. Teriam sido atingidas apenas 20% das metas previstas.

IV. PROGRAMA DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE
(PROHIDRO)

O PROHIDRO foi instituído através da Exposição de Motivos nº 010, de 12 de setembro de 1979, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo precípuo de promover o aproveitamento racional dos recursos hídricos da Região Semi-Árida do Nordeste e de fortalecer a infra-estrutura existente, como instrumento complementar às ações que vêm sendo desenvolvidas através do POLONORDESTE, do Projeto Sertanejo e do Programa de Irrigação.

O Programa — cuja ação estende-se por toda a Região Semi-Árida do Nordeste, inclusive o Norte de Minas Gerais — contempla as seguintes linhas básicas de atuação:

- construção de açudes públicos de pequeno e médio portes, para atendimento de comunidades;
- perfuração, recuperação, instalação, operação e manutenção de poços tubulares para o atendimento de comunidades rurais, visando à instalação de serviços de abastecimento d'água singelos;
- perfuração e instalação de poços particulares em propriedades rurais, através da abertura de linha especial de crédito;
- promoção de pequena açudagem particular, mediante a concessão de financiamentos, através de linha de crédito específica;
- realização de obras que visem à perenização de rios intermitentes do Nordeste, consubstanciadas na construção ou complementação de grandes barragens, barragens sucessivas complementares e barragens subterrâneas, permitindo a utilização das terras úmidas a montante das bacias hidráulicas (agricultura de vazantes);
- alocação de recursos aos Estados para aquisição de perfuratrizes, visando ao atendimento das necessidades de provisão de água às comunidades e propriedades rurais.

No período de 1979-1984 o Programa absorveu recursos não-reembolsáveis da ordem de Cr\$ 108,5 bilhões, a preços de 1983.

Cumprir destacar, na execução do PROHIDRO, as seguintes realizações até março/83:

- construção de 35 açudes de médio porte, totalizando uma capacidade de armazenamento da ordem de 211,4 milhões de metros cúbicos, destinados ao abastecimento d'água de várias comunidades, beneficiando uma população de cerca de 1,3 milhão de pessoas; encontram-se em construção mais 11 açudes com capacidade de 138,5 milhões de metros cúbicos, que beneficiarão a 285,2 mil habitantes;

- perfuração e instalação de 1.843 poços públicos novos e recuperação de 8.117, levando benefícios a 2,6 milhões de pessoas;

- conclusão de 20 barragens para perenização de rios, com capacidade de armazenar 521 milhões de metros cúbicos, possibilitando a implantação da pequena irrigação, beneficiando cerca de 21.000 produtores, bem como a 157,5 mil pessoas com abastecimento d'água; encontram-se em construção mais 10 açudes, que elevarão em quase 2,8 bilhões de metros cúbicos a capacidade de reserva regional, de modo a beneficiar 436,5 mil pessoas com abastecimento d'água a 64,5 mil produtores com irrigação;

- construção de 183 poços rasos para atender 9,1 mil habitantes;

- aquisição de 39 perfuratrizes;

- construção de 203 km de adutoras nos Estados de Alagoas e Sergipe, beneficiando população estimada em 100 mil habitantes.

Até março de 1983, os diversos agentes financeiros do Programa (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e bancos estaduais, já haviam contratado cerca de 6,9 mil operações de crédito para construção de açudes, obras complementares e outros sistemas de captação e retenção e 5,3 mil propostas estavam em estudo. Para a construção de poços foram contratadas 1,5 mil operações e outras 1,5 mil encontravam-se em análise.

Não se dispõe de nenhuma indicação quanto a empregos diretos gerados pelo Programa. Os estudos do Projeto Nordeste dão um grau de atendimento das metas em torno de 70% e, para um universo de 1 milhão de famílias, 400.000 teriam sido atendidas com abastecimento de água, 4.000 com irrigação e 11.400 com crédito rural.

V. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DO NORDESTE

O Programa foi institucionalizado através da Exposição de Motivos nº 005, de 20 de maio de 1974, como objetivo de impulsionar e diversificar o complexo agroindustrial do Nordeste.

Especificamente, o Programa objetiva financiar projetos da iniciativa privada, através de linha especial de crédito, de modo a induzir a implantação, modernização, ampliação e diversificação de empresas processadoras de matérias-primas agrícolas e pecuárias.

Os recursos do Programa destinam-se a financiar investimentos fixos e/ou capital de trabalho da parte industrial das agroindústrias e empresas agropecuárias fornecedoras de matérias-primas agroindustriais e gastos de assistência técnica das empresas beneficiárias do Programa.

Sua área de atuação compreende todo o Nordeste, inclusive Norte do Estado de Minas Gerais.

São beneficiárias do Programa as empresas agroindustriais processadoras de matéria-prima regional e empresas que tenham suas atividades voltadas exclusivamente para a produção de matérias-primas destinadas às agroindústrias regionais.

A execução do Programa é de responsabilidade do Banco do Nordeste do Brasil e da SUDENE, respectivamente agente financeiro e órgão de coordenação regional.

No período 1978-1983, o Programa dispôs de recursos que montam a Cr\$ 14,4 bilhões, a preços de 1983.

No período 1974-1983, foram aprovados aproximadamente 100 projetos de implantação e/ou modernização, que propiciaram a criação de 17 mil empregos diretos e de aproximadamente 85 mil empregos indiretos.

Segundo estimativas foram criados 14.000 empregos diretos, a um custo unitário igual a US\$ 24 300.

3. A AÇÃO GOVERNAMENTAL E O PEQUENO PRODUTOR.

Na sequência da análise que apontou para o problema da pobreza regional e a importância econômica e social dos pequenos produtores do Nordeste, identificou e caracterizou os problemas básicos que afetam as suas condições de vida e de produção, im põe-se agora verificar o alcance e a adequação do esforço governamental recente, frente a esse quadro.

3.1 AS AÇÕES ESPECIAIS

Considerando que os principais instrumentos de política setorial serão objeto de análise mais à frente, pretende-se nesta parte, focalizar apenas aquelas ações e políticas de caráter extraordinário e que são parte integrante da ação governamental orientada para a diminuição das disparidades inter e intraregionais que caracterizam o processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

No caso do Nordeste, duas formas de intervenção governamental tem sido desencadeadas com esse objetivo e constituem o foco central desta análise: os Programas Especiais e a Política de Incentivos Fiscais. Embora ambos esses instrumentos estejam voltados para o meio rural, a Política de Incentivos Fiscais e vários dos Programas Especiais não têm como preocupação central a de apoiar os pequenos produtores. Os Incentivos Fiscais estão, na verdade, orientados explicitamente para beneficiar grandes empresas. Contudo, a sua inclusão nesta análise se justifica por duas razões: a) os seus objetivos incluem, geralmente, a geração de benefícios diretos e/ou indiretos para os pequenos produtores; b) a forma como se materializam os investimentos e ações patrocinadas por estes programas resulta, frequentemente, em efeitos perversos para os pequenos produtores, ainda que não desejados.

Na análise que segue focaliza-se, de início, um conjunto de Programas Especiais, incluindo o POLONORDESTE, SERTANEJO, PROHIDRO, AGROINDÚSTRIA, PROCANOR e as ações de Irrigação. Seguem algumas considerações sobre o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL, no que se refere ao seu desempenho no Nordeste, e sobre o Programa de Emergência contra a seca. Finalmente, uma análise da Política de Incentivos Fiscais, exemplificada com o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, no seu segmento Agropecuário. A abordagem será suscinta, para os propósitos deste documento, e estará baseada fundamentalmente nos Relatórios de Avaliação destes Programas, que já fazem parte do acervo de documentos produzidos pelo Projeto Nordeste ou com seu apoio.

3.1.1 Os Programas Especiais

A opção do Governo Federal pelos Programas Especiais como estratégia de desenvolvimento regional, principalmente a partir de 1974, pode ser interpretada como uma mudança de postura por parte do Estado. Este passa a assumir diretamente o sentido do desenvolvimento regional e não mais apenas de forma indireta, como se dava com a política de incentivos fiscais que, todavia, continua em vigor.

Os Programas Especiais não são privativos do Nordeste, como também não o é problema regional. Contudo, no momento, interessa analisar, tanto quanto a disponibilidade de informações o permitir, a performance daqueles Programas que incidem sobre a Região Nordeste como um todo ou sub-áreas deste espaço. Mais especificamente, interessa dimensionar, ainda que precariamente, a contribuição que estes programas vêm dando para a resolução dos graves problemas regionais, especialmente os que afetam as precárias condições de sobrevivência dos pequenos produtores rurais e suas famílias.

Os Programas Especiais que merecem um exame detalhado, considerando o seu potencial para atender os requisitos sociais

do desenvolvimento regional, são os seguintes: POLONORDESTE, SERTANEJO, PROHIDRO, AGROINDÚSTRIA, PROCANOR e as ações de Irrigação.

A dificuldade maior para uma análise conjunta desses programas está na diversidade de objetivos e ações que se propõe realizar, e do público a que se destinam. Além disso, como se trata de programas surgidos em tempos diferentes, com estruturas de coordenação e acompanhamento próprios, as informações disponíveis, a par de serem de qualidade duvidosa, não são, em muitos casos, comparáveis entre si.

Feitas estas ressalvas, optou-se por tomar como base para as considerações que seguem, o esforço de sistematização e interpretação das informações, realizado pelo Consultor Roderich von Oven e contido na matriz seguinte.* Esta matriz condensa informações extraídas dos relatórios de avaliação elaborados pelo Grupo III do Projeto Nordeste.

(*) "Análise Comparativa e Recomendações para os Programas Especiais". Recife, PE, agosto de 1983.

avaliação dos Programas Especiais do Nordeste - Matriz de Informação dos PE's

P.E.:	INDUSTRIAL	IRRIGAÇÃO	SERTANEJO	FIXEIRO	ADMINISTRATIVA	PROCURAR	TOTAL G. PROGRAMAS ESPECIAIS
Características							
Entidade	MINITER	MINITER	MINITER	MINITER	MINITER	MINITER	
Entidade Federal	Vários, federais e estaduais	IBCS ODEVASF	DNOCs, Estabelecimentos MINITER	Vários, federais e estaduais	INB	Vários, federais e estaduais	
Ano da Criação	1974	1971	1976	1979	1974	1979	
Ano começo operação	1976	1971	1977	1979	1975	1981	
Objetivo	Desenvolvimento rural em áreas prioritárias	Utilizar irrigação em áreas das secas	Melhorar a resistência às secas	Flevar a dispon. de água para a bast. e irrigação	Impulso à agro indústria	Melhoria das condições de vida	
Realizações Físicas (até 81/82)							
Número de Famílias beneficiadas	ATER 340 000 Créd. 130 000	Famílias Irrig. 5 595 Seq. 1 682 Tot. 7 277 Empresas 104	Créd. 14 474 AT 19 000	Abast. 400 000 Irrig. 4 000 Créd. 11.400	N.C.	A.T. 8 000 Créd. 430 AS Soc....	A.T. 377 000 Créd. 156 000
Perfil do Beneficiário	Pequenos Produtores	Pequenos Produtores e Empresas	Médios e pequenos produtores	Pop. urbana e rural	Empresas agro industriais	População baixa renda	
Capacidade de Emprego Diretos (Nº)	160 000	24 400 ^{4/}	14 200 ^{5/}	Sem inform.	14 000	Sem inform.	212 000
Outras				Poços públicos construídos 1 800 Man./Recup. 8 000 Poços/Açudes Part. 11 400	70 Proj. implantados ou em implantação	Projetos: 20 A.T.: 6 000 produtores Mat. escolar: 80.000 alunos	
Realizações Financeiras (em milhões de US\$ de 1982)							
Total aplicado até 1981/ (incl.)							
Invest./Custeio	A) 1 280 ^{2/} B) 810 ^{3/}	1 096	159	222	-	22 ^{7/}	2 779
Crédito	290	-	226	80	165	1	762
Aplicações Ex. 1981/82							
Invest./Custeio	120	201	37	73	-	9	440
Crédito	32	-	72	16	4	1	175
Índices de Eficácia							
Nível de atendimento de metas (%)	ATER 80% Créd. 50% Irrig. Fund. 20% Infraestrut. 70%	10%	A.T. 90% Créd. 30% Fund. 5%	70%	Sem inform.	20%	
Índices de Eficiência (US\$ de 1982)							
Custo Total/Árvef.	(A) 3 600 (B) 2 400	150 000	8 600	490	-	Sem inf.	7 400
Custo Total/Árvef. Corado	(A) 8 000 (B) 5 000 ^{3/}	46 000	11 200	Sem inf.	24 300 ^{6/}	Sem inf.	13 100
Créd. /Árvef.	(A) 2 200	-	15 600	7 000	2 400 000 p/projeto	2 100	4 900
Contrib. à melhoria das cond. de vida da pop. rural baixa renda							
A) Suficiente B) Atendida	Alguns Alguns	Insignific. Sensível	Insignif. Alguns	Alguns Alguns	Insignif. Alguns	Insignif. Alguns	Alguns Alguns

MATRIZ DE INFORMAÇÕES DOS PROGRAMAS ESPECIAIS

1. Cifras originais em Cr\$ correntes convertidos a Cr\$ de 1982, utilizando o IGP-DI. Conversão a US\$ com taxa de câmbio de 179,39 Cr\$/US\$ (coeficientes fornecidos pelo ETENE).
2. Incluindo US\$ 470 milhões absorvidos nos anos 1975/76 a 1978/79 pelos programas de irrigação do DNOCS e CODEVASF
3. Sem incluírem recursos mencionados na nota 2/.
4. Geração bruta de emprego direto, vale dizer sem descontar os empregos destruídos pelas intervenções, por exemplo pelo deslocamento dos moradores de áreas inundadas e sujeitas a colonização nos perímetros irrigados, ou pela substituição de outros cultivos pela cana-de-açúcar.
5. Dados programados nos projetos implantados em 31/12/82.
6. Investimentos total/número total de empregos criados, vale dizer que, além dos recursos proporcionados pelo PDAN inclui também financiamento de outras fontes (capital próprio, FINOR, etc).
7. Recursos alocados.

A. Considerações Gerais

Um elemento importante para a compreensão do lugar que ocupam os Programas Especiais em questão, na estratégia de desenvolvimento regional é o fato de todos eles estarem voltados para a realização de ações ligadas diretamente ao meio rural. Esta característica reflete a percepção geral de que na raiz dos grandes problemas urbanos regionais está o atraso do campo, o que não é necessariamente o caso. Por outro lado, expressa também o reconhecimento implícito de que a política geral de modernização da agricultura não só é desprovida do ímpeto necessário para a transformação da estrutura de produção do setor rural como um todo, como ainda traz no seu bojo uma forte tendência no sentido da diferenciação interna do setor e do agravamento das desigualdades sociais no campo.

Como o Nordeste permaneceu na sua maior parte à margem desse processo de modernização da agricultura, justifica-se a grande abrangência geográfica da maioria desses Programas. À exceção do PROCANOR que atua numa estreita faixa costeira do Litoral-Mata, com alta densidade populacional (Zona Canavieira), os demais têm a sua área de atuação definida como a Região toda, ou o Semi-Árido.

Um dos pontos mais críticos dos Programas Especiais é a indefinição do seu público-meta. Se existem alguns programas que buscam explícita e prioritariamente atingir os pequenos produtores rurais, a maioria não tem público-meta claramente definido ou o faz de forma ambígua. As implicações dessa indefinição para os pequenos produtores são várias: i) Programas como o POLONORDESTE e PROCANOR orientados para atender a população de baixa renda apresentam distorções na implementação das suas ações por força de ingerências que emanam da estrutura de poder local; ii) Programas que definem seu público de forma ambígua (SERTANEJO: pequenos e médios produtores) tendem a privilegiar as camadas mais bem situadas do ponto de vista sócio-econômico, (médios produtores)

por oferecerem melhor capacidade de resposta. iii) finalmente, programas que não especificam seu público (Irrigação, Agroindústria, PROHIDRO) embora possam favorecer também a população pobre, não raro, atingem esse público de forma perversa. É o caso dos grandes projetos de irrigação que, para beneficiar um pequeno número de produtores privilegiados, terminam às vezes por expulsar da área um número maior de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Diante desse quadro, torna-se crucial a definição clara do público beneficiário e a instituição de mecanismos operacionais eficientes para assegurar o respeito a essa determinação.

Os principais objetivos perseguidos pelos programas são referidos à situação do público que pretendem atingir. Porém, geralmente tem sido formulados em termos tão vagos que dificultam sobremaneira a análise da adequação dos resultados obtidos em relação ao proposto, como se verá a seguir.

B. Balanço das realizações

Uma indicação genérica do alcance deste Programas Especiais pode ser dada pelo número de famílias beneficiárias das suas várias linhas de ação. Contudo, os números que constam do segundo bloco de informações da matriz não são, a rigor, comparáveis entre si, devido à diferença na natureza e conteúdo das diferentes ações. Assim, os 5.595 beneficiários do Programa de Irrigação obtiveram, certamente, na média, benefícios mais substantivos dos que os 340 mil produtores beneficiários ATER do POLONORDESTE. Apesar disso, estes números são importantes e sugerem o maior peso relativo de programas como o POLONORDESTE e PROHIDRO em comparação com as ações de Irrigação (de existência mais longa) e o SERTANEJO. Os resultados do PROCANOR se apresentam mais modestos por se referirem a um período de pouco mais de um ano de atuação.

Por outro lado, se se colocarem estes resultados na perspectiva das necessidades regionais (número potencial de beneficiários estimados para cada Programa) percebe-se o quanto são modestos

tos. Assim, a soma dos beneficiários alcançados pela Assistência Técnica de todos os programas que contemplam esta atividade, (377 mil famílias) não representam senão 15% do número potencial. O quadro se apresenta particularmente dramático no que diz respeito às necessidades de irrigação, onde as metas atingidas são irrisórias, e no tocante às necessidades de acesso à terra, apesar de não estarem explicitadas as realizações, sabe-se que não vem recebendo qualquer atenção especial, não obstante se constitua no aspecto mais vulnerável das populações rurais de baixa renda.

No que se refere à geração de empregos, um dos objetivos mais importantes da política de desenvolvimento do Nordeste, os números que constam da matriz precisam ser tomados com maior cautela ainda. Eles constituem estimativas precárias, nos casos em que alguma informação estava disponível para o cálculo. Para o PROHIDRO e o PROCANOR, nem isso foi possível fazer. O Programa de maior impacto relativo foi, sem dúvida, o POLONORDESTE ao proporcionar condições para a intensificação da exploração e, principalmente, para a expansão da área explorada via crédito. O número atribuído às ações de Irrigação refere-se à geração bruta de emprego, isto é, não leva em conta a destruição de empregos pelo deslocamento de moradores das áreas inundadas para dar lugar aos perímetros irrigados. No seu conjunto, os seis Programas geraram cerca de 212.000 empregos diretos permanentes, cifra essa pouco significativa em face do período de atuação desses Programas e da magnitude do problema do desemprego e subemprego na Região.

Um outro tipo de realizações se refere à aplicação de recursos financeiros pelos programas. O exame deste aspecto permite melhor qualificar as realizações físicas desses Programas.

No tocante a investimentos e custeio financiados com recursos a fundo perdido, os seis Programas absorveram, em conjunto, o equivalente a 2.8 bilhões de dólares. Os Programas melhor aqunhoados tem sido o POLONORDESTE e Irrigação, aos quais corresponde aproximadamente 2.4 bilhões de dólares, ou seja, 85% do total aplicado pelo conjunto de Programas que se está analisando. Ao

POLONORDESTE é contabilizado um total de cerca de 1.3 bilhões de dólares do montante acima. Contudo esta cifra inclui, nos exercícios de 1975/76 a 1978/79, 470 milhões de dólares destinados a financiar programas de irrigação do DNOCS e da CODEVASF. Assim sendo, pode-se afirmar que as ações de irrigação absorveram cerca de 1.6 bilhões de dólares, ao passo que o POLONORDESTE absorveu 810 milhões de dólares, descontados os recursos da irrigação. Os demais programas foram contemplados com recursos bem menores. Estes números reforçam ainda mais o caráter modesto das realizações sociais patrocinadas pelo Programa de Irrigação, comparado com os outros. Com efeito, ao insistir com um estilo de realizações físicas (obras) de alta sofisticação tecnológica e custo elevado, este Programa não só compromete profundamente o alcance social dos recursos aplicados, como induz a um alto grau de seletividade, entre o seu público potencial, lançando as bases para uma rápida diferenciação social entre o mesmo.

No tocante a crédito foram aplicados 760 milhões de dólares, destacando-se o POLONORDESTE com 290 milhões (38%), O SERTANEJO com 230 milhões (30%) e o Programa de Agroindústria com cerca de 170 milhões de dólares (22% do total). A título de comparação, o PROÁLCOOL aplicou 2.7 bilhões de dólares na Região, desde 1976, ou seja, mais de três vezes o montante aplicados pelos seis programas em questão.

C. Considerações sobre a eficácia e eficiência dos programas

Como medida de eficácia dos Programas Especiais a Matriz de Informações apresenta o grau de atingimento das metas estabelecidas para cada um dos Programas. Apesar das conhecidas limitações metodológicas inerentes a essa medida, como a de se ater a aspectos essencialmente quantitativos e ocultar problemas referentes à sistemática de liberação de recursos, entre outros, alguns fatos relevantes podem ser aferidos das cifras apresentadas:

- a. As ações que não contrariam, no fundamental, os interesses que emanam da estrutura de poder local e regional, como Assistência Técnica e Extensão Rural e ações de Infraestrutura, são as que vêm alcançando maior grau de eficácia, ou seja, entre 70% e 90% das metas previstas são realizadas. A exceção fica por conta do Programa de Irrigação que, além de se basear, ao que tudo indica, em estimativas muito otimistas das metas relativas a produtores a serem assistidos e áreas a serem irrigadas, apresenta um desempenho duvidoso com relação à eficiência, como se verá mais adiante.
- b. Em contrapartida, no que diz respeito ao cumprimento das metas de Ação Fundiária e do Crédito que, ou interferem indiretamente com os interesses do latifúndio, ou tentam, embora timidamente, romper com os esquemas vigentes de dominação e apropriação, mantidos pelo capital financeiro e comercial, o desempenho dos Programas pode ser considerado decepcionante. As metas fundiárias, sabidamente inexpressivas frente à importância e às dimensões que o problema da terra assume em todos os diagnósticos regionais e estaduais, não foram alcançados senão em 20% das realizações previstas pelo POLONORDESTE e em apenas 5% no caso do Projeto Sertanejo. Já o Crédito apresenta um desempenho um pouco mais satisfatório, sem contudo ultrapassar o patamar dos 50%.
- c. O padrão de eficácia demonstrado pelo POLONORDESTE no cumprimento das metas de Infra-estrutura e seu desempenho precário no tocante às realizações Fundiárias sugere a hipótese de que a precedência temporal nas avaliações feitas, explique em parte o insucesso deste Programa na campo Fundiário. Com efeito, a realização de certas obras de infra-estrutura, como a construção de estradas e implantação de redes de eletri

ficação rural, entre outras, precedendo no tempo as ações de reestruturação fundiária previstas para aquelas áreas, frequentemente tornam inviáveis estas últimas, pela valorização das terras beneficiadas com tais obras.

Com relação à eficiência dos Programas Especiais, os índices de custo total por beneficiário, custo total por emprego gerado e volume de crédito outorgado por beneficiário de crédito, apresentados na Matriz de Informações, oferecem alguma possibilidade de comparação entre os diversos Programas.

O primeiro desses índices considera como beneficiários dos Programas os assistidos pelo serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e se refere apenas aos recursos aplicados a fundo perdido. Assim, a média do custo total por beneficiário, considerando os seis Programas, é de aproximadamente 7.000 dólares. Esta média esconde diferenças abismais entre os distintos programas para os quais foi possível calcular este indicador que são devidas, em boa parte, à natureza diferenciada das ações desenvolvidas e às características próprias do público alvo dessas ações em cada caso. Desta forma, o custo de aproximadamente 500 dólares por beneficiário do PROHIDRO, é devido ao fato de este Programa limitar-se fundamentalmente ao abastecimento de água, atingindo tanto populações urbanas quanto rurais. Mas no outro extremo, o custo de 150.000 dólares por beneficiário das Ações de Irrigação situa-se num patamar altamente questionável para a realidade regional. A ação do POLONORDESTE teve um custo unitário de aproximadamente 2.400 dólares, embora incluía inúmeros segmentos de apoio à produção e de infra-estrutura social. Já o SERTANEJO acusou um custo por beneficiário de 8.600 dólares o que representa aproximadamente o triplo em relação ao POLONORDESTE. Convém ressaltar como um elemento importante na composição dos custos do SERTANEJO, o peso da instalação e manutenção dos Núcleos de Coordenação e Apoio a nível local

Quanto ao custo total por emprego gerado, os índices apresentados na Matriz guardam estreita relação com o custo total

por beneficiário. Assim, mais uma vez, despontam as ações de Irrigação com um custo por emprego gerado da ordem de 46.000 dólares. Esta cifra é bastante superior àquelas apresentadas pelos demais Programas, equivalendo a quatro vezes o custo do emprego gerado pelo SERTANEJO (11.200 dólares), cerca de nove vezes o custo do POLONORDESTE (5.060 dólares) e aproximadamente o dobro do custo unitário do emprego gerado pelo Programa de Agroindústria, que foi de 24.300 dólares. Cabe assinalar ainda, com relação às ações de Irrigação, que se considerou a geração bruta de empregos, o que superestima o efetivo desempenho destas ações como geradoras de empregos diretos. Com relação ao PROHIDRO e PROCANOR, não foi possível calcular o índice em questão.

Finalmente, a eficiência medida em termos do valor total do crédito por beneficiário deste instrumento, revela uma média geral de aproximadamente 5.000 dólares por beneficiário. O POLO NORDESTE e o PROCANOR apresentam os valores mais baixos, ou seja, pouco mais de 2.000 dólares por mutuário. Já para o Projeto SERTANEJO, o volume de crédito por mutuário equivale a sete vezes a cifra calculada para os dois programas anteriores. Estes dados são consistentes com o que se disse anteriormente em relação ao público alvo destes programas. De fato, o SERTANEJO vem concentrando as suas ações junto aos médios produtores, enquanto o PROCANOR privilegia os pequenos. Paradoxalmente as condições em que vinha sendo outorgado o crédito no âmbito do SERTANEJO (5% de juros, sem correção monetária, longo prazo e até seis anos de carência para os investimentos), até pouco tempo atrás, eram substancialmente, mais favoráveis do que os oferecidos pelo POLONORDESTE.